

Cabeças no Congresso



» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da
Universidade de Brasília (UnB)

Tem se fortalecido a ideia de que política é comunicação sem necessidade de conteúdo. O governo federal mudou o encarregado de sua comunicação sem qualquer reflexão sobre a falta de propostas novas e de alianças amplas. Outro exemplo de mudar a imagem sem mudar a substância foi cobrir os parlamentares com bonés para mostrar que cada um deles tem cabeça. Não houve esforço para que o sentimento de que faltam cabeças no Congresso fosse mudado graças a debates de ideias sobre os graves problemas que o país enfrenta.

Daqui a um mês, estaremos completando quatro décadas de democracia, resultado das cabeças de centenas de parlamentares liderados por Ulysses Guimarães. Na época, não havia necessidade de usar bonés para passar o sentimento de que os parlamentares pensavam, articulavam, convergiam e mudavam o país. Graças àquelas cabeças no Congresso, o Brasil saiu pacificamente de 21 anos de ditadura, libertou os presos políticos, trouxe os exilados, acabou a censura, fez uma nova Constituição. Os atuais parlamentares precisam lembrar o que foi feito para transformar ditadura em democracia, e criar rede de proteção social com o SUS, o Bolsa-Escola/Bolsa Família/Auxílio Brasil/Bolsa Família, realizar dois impeachments, vencer o vício de inflação.

No lugar de bonés, as atuais cabeças que substituíram aquela geração precisam debater com o povo brasileiro quais foram as conquistas do país nestas quatro décadas e o que não fizemos neste período para construir um Brasil eficiente, justo, democrático, sustentável. Pensar no que ainda não fizemos e no que fazer nos próximos anos. Debater por que o Brasil continua preso à armadilha da renda média baixa, estagnada há décadas. Formular caminhos para aumentar nossa produtividade e colocar a renda per capita no padrão de países que nestes 40 anos nos ultrapassaram.

Enfrentar a guerra civil que conflagra nossas ruas, especialmente nas grandes metrópoles. Equacionar a questão militar para incorporar os militares no corpo das instituições democráticas, no lugar de deixá-los como um poder separado que faz tremer todos os oito presidentes civis. Parar a banalização da corrupção que a democracia aumentou, trazer ética à política e, com isso, dar credibilidade e respeito aos representantes eleitos. Quebrar a promiscuidade entre políticos, juízes, sindicalistas, empresários com seus interesses misturados.

Eliminar a vergonha de privilégios e vantagens que fazem a República democrática dar mais benefícios aos seus dirigentes do que o Império oferecia a sua nobreza. Abolir a apartação social que nos divide em condomínios e favelas, escolas senzala e escolas casa grande. Adotar uma estratégia de distribuição que nos tire a vergonha do título de campeões em concentração de renda. Entender o esgotamento do Estado e buscar formas de compor os setores público e estatal, o planejamento e o empreendedorismo, com responsabilidade fiscal.

Eradicar o analfabetismo que se mantém

no mesmo nível de 1985, acima de 10 milhões de adultos, por causa do fracasso da democracia para promover a educação de nossas crianças com excelência e equidade. Formular estratégia para implantar sistema educacional com máxima qualidade e total equidade, independentemente da renda e do endereço da criança. Definir estratégias para a abolição da pobreza, determinando um prazo para que nossa população não mais dependa do assistencialismo por transferências de renda sob a forma de bolsas. Assegurar estabilidade jurídica, livrando o país do caos legislativo e judicial.

Em novembro, o Brasil vai sediar a COP30 em um momento crítico para a humanidade. As cabeças do Congresso precisam mostrar que, além de bonés por fora, usam o cérebro para retomar no Senado a Comissão do Futuro, manter a Comissão do Meio Ambiente ativa e concentrada na formulação de propostas do Brasil para o mundo. Pelos próximos nove meses, o parlamento deve estar presente no debate sobre sugestões e exemplos do Brasil para enfrentar os problemas mundiais. Debater o que devemos levar ao mundo para evitar as mudanças climáticas que ocorrem e serão agravadas. Tomar posição sobre a perda de credibilidade do Brasil no caso de decidirmos explorar petróleo na margem equatorial da Amazônia.

O Congresso precisa debater como, no atual cenário geopolítico-ecológico, devemos assumir a posição de pedaço do mundo com seus êxitos e fracassos e com uma democracia de parlamentares ativos. O Brasil precisa comemorar sua democracia fazendo-a avançar social e economicamente com sustentabilidade, sem ilusões marqueteiras.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960 (Circe Cunha (interina))



circecunha.df@dabr.com.br

Ainda os puxadinhos

Brasileiros, e em nosso caso particular, os brasilienses, quando vão ao exterior, a primeira coisa que notam e admiram é a organização e limpeza das cidades. Na grande maioria dos países do primeiro mundo, suas metrópoles, mesmo com toda sua longa história, complexidade e intenso tráfego diário de pessoas e automóveis, dão-nos a impressão de que tudo parece estar em seu devido lugar, funcionando como um relógio suíço. A questão é: por que nossas capitais, com raras exceções, fogem tanto desse padrão urbano de organização, limpeza e vigilância? Na verdade, nossas cidades são um espelho do que é o terceiro mundo em geral, com suas contradições políticas e históricas, sua miséria e todo esse senso de abandono, que vai envelhecendo precocemente tudo à nossa volta.

Brasília, que até há pouco tempo era uma exceção à regra, também caminha a passos acelerados para envelhecer antes do tempo. A situação, aqui, é mais complexa. Mesmo ostentando o galardão de Patrimônio Cultural da Humanidade, concedido pela Unesco, é visível que a capital de todos os brasileiros e orgulho do modernismo na arquitetura, segue também rumo à condição inexorável de decadência. Não será surpresa se, num futuro próximo, esse título internacional venha a ser cancelado, dada a sucessão de alterações e erros impostos ao projeto urbano inicial, e também à permissividade, como algumas alterações são feitas, estão acelerando o processo de decrepitude de Brasília.

Para ficar apenas num exemplo básico desse abandono visível da capital do país e que vem ocorrendo em toda a área do Plano Piloto, observem como, de uns anos para cá, tem aumentado de forma exponencial o número de barracos de lata não só nas paradas de ônibus, como por dentro de todas as quadras e superquadras, tanto na Asa Sul quanto na Asa Norte. Nesses novos e improvisados estabelecimentos, é comercializado de tudo, desde alimentos até bugigangas eletrônicas. Alguns desses barracos de metal foram transformados, inclusive, em bares e restaurantes. Nos pontos de ônibus, principalmente ao longo das abandonadas avenidas W3 Norte e Sul, há quase uma centena desses barracos que vão se proliferando à vista de todos.

Os comerciantes desses puxadinhos urbanos não escondem que estão espalhados, em número cada vez maior, por todo o Plano Piloto, graças ao lobby e pressão dos deputados distritais junto ao GDF e à política de boa vizinhança entre o governo local e os políticos da cidade. Desse modo cria-se uma situação que, claramente, favorece apenas a classe política local, uma vez que essa é outra modalidade de troca de favores e concessões esdrúxulas, dentro do pernicioso modelo: de um voto e uma autorização. Trata-se aqui do antigo modelo: um lote, um voto, que vai se repetindo sob o olhar displicente dos brasilienses. Quem perde com toda essa descaracterização da cidade é o brasiliense, que assiste à perda paulatina da qualidade de vida da capital.

Infelizmente nossa classe política não possui a capacidade de entender a extensão desse problema no longo prazo para Brasília e seus habitantes. Insensíveis a essa destruição da cidade, aqueles que dizem representar a população continuam utilizando de expedientes populistas, mesmo que sejam nocivos aos brasilienses, apenas para atender seus horizontes curtos que chegam a cada nova eleição.

Infelizmente parece não existir um órgão independente de fiscalização capaz de pôr fim a esse retalhamento da capital em capitania políticas. O que o brasiliense não pode tolerar é que as regras do bom urbanismo e de toda a urbanidade sejam oferecidas como uma espécie de moeda política, loteando o Plano Piloto com invasões que atentam contra o bom senso e as regras mínimas impostas pelo ordenamento da cidade.

Também não se pode sacrificar o projeto urbanístico de toda uma cidade, no altar do populismo, sob a desculpa de que isso serve como solução para o nosso complexo problema social. Há, sim, que resolver, da melhor maneira possível, o problema social, sem colocar em risco o futuro da cidade e de seus cidadãos. Já estão apontados o problema, se-guem também as soluções. Que tal alocar todo esse comércio improvisado em trailer padronizados sob rodas, para que sejam retirados dos logradouros públicos ao fim do expediente? A cidade agradece.

A frase que foi pronunciada:

“Meu sonho é viver e morrer em um país com liberdade.”

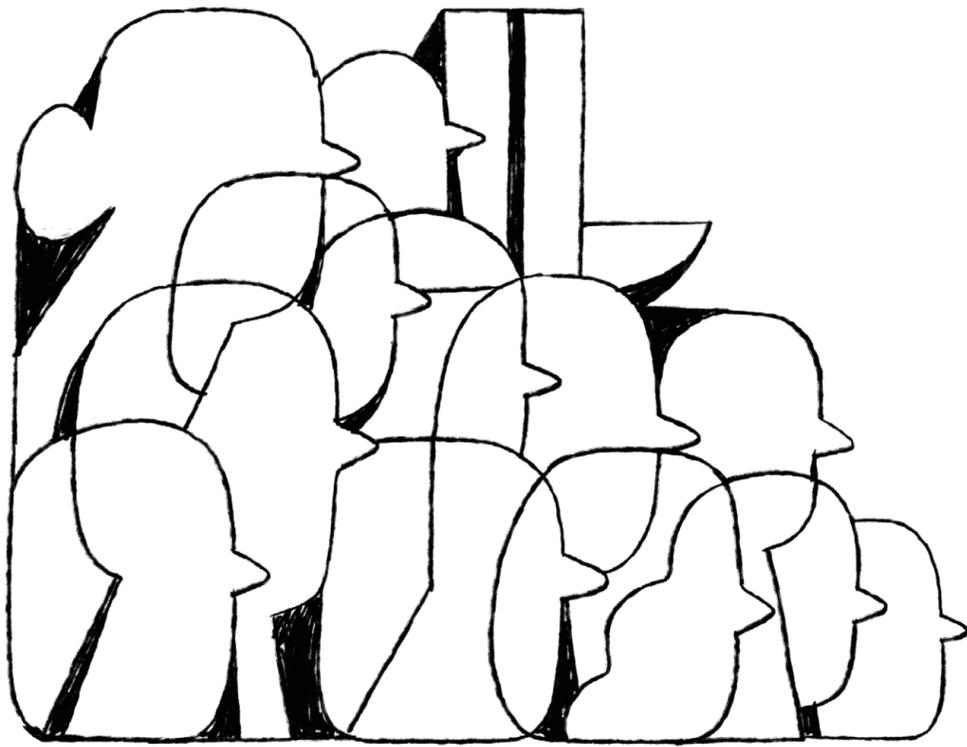
Juscelino Kubitschek

Caverna

» Uma pena ainda estar desativada a entrada subterrânea do Banco do Brasil no Setor Bancário Sul. Como o banco sempre se mostrou preocupado com a segurança dos clientes, poderia reativar o serviço.

História de Brasília

Com 20 mil processos aguardando tramitação, o Serviço de Comunicações do Ministério da Fazenda está com apenas 12 funcionários, quando dispõe de 300 no Rio. (Publicada em 26/4/1962)



G O M E Z

Desigualdade de gênero na ciência faz mal à saúde



» CRISTIANI VIEIRA MACHADO
Pesquisadora da ENSP/Fiocruz e vice-presidente de Educação, Informação e Comunicação (VPEIC/Fiocruz)

» CAMILA PIMENTEL
Pesquisadora do Instituto Aggeu Magalhães (IAM-Fiocruz)

» BEATRIS DUQUEVIZ
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública do IAM-Fiocruz

Este ano completa-se uma década que a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o 11 de fevereiro como o Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência. A criação da data chama atenção para a importância de buscar a equidade de gênero nas carreiras científicas, espaço onde ainda prevalece, por exemplo, o “efeito tesoura”: o fato de que, apesar de já haver mais mulheres do que homens ingressando em muitas áreas, são elas, e não elas, que ocupam a maioria dos cargos de liderança.

Especialmente na última década, houve avanços importantes no enfrentamento a essa desigualdade. Podemos citar, por exemplo, os editais de fomento voltados a pesquisas de cientistas mulheres e de cientistas mães e os programas criados em instituições, públicas e privadas, para buscar estratégias de promoção da equidade de gênero. Esse é o caso do Programa Mulheres e Meninas na Ciência, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), criado em 2019. As ações do programa são desenvolvidas a partir de seus três eixos: a valorização das mulheres na Fiocruz, o incentivo ao

interesse de meninas pela ciência e a promoção do debate sobre gênero, ciência e saúde. No entanto, ainda há muito a avançar.

A luta pela igualdade de gênero é, sobretudo, pela defesa dos direitos das mulheres para que elas ocupem os lugares que desejarem na sociedade, sejam eles na política, sejam nos cargos de gestão e, também, na ciência. A sub-representação feminina nesses espaços vem agravando as desigualdades que afetam diretamente o bem-estar delas. Por isso, até mesmo para alcançar mais segmentos da sociedade nessa luta, é essencial compreender os impactos da desigualdade de gênero na ciência nas diversas áreas.

Por exemplo, na saúde, as mulheres têm maiores taxas de morbidade do que os homens, mesmo controlando fatores, como idade, renda, educação e raça. São elas que relatam, com mais frequência, problemas crônicos, sintomas graves e de saúde mental, o que as mantém 25% mais tempo em sofrimento por razões de doença. É o que mostra artigo publicado na revista *Nature Medicine*, de autoria de Cristiani Machado, Cristina Araripe e Maria Auxiliadora Gomes. Essa disparidade torna-se ainda mais evidente durante os anos produtivos, quando algumas condições ginecológicas impactam diretamente a capacidade das mulheres de trabalhar e prover o sustento de suas famílias. Acrescente-se a essa realidade a sobrecarga de trabalho decorrente das tarefas domésticas e responsabilidades do cuidado com crianças, idosos e familiares doentes, papel atribuído a elas socialmente.

No entanto, as prioridades de pesquisa historicamente dada pelos homens ainda focam em doenças com alta mortalidade, negligenciando outras condições debilitantes, que têm um impacto significativo na qualidade de vida das mulheres.

O racismo também tem impacto direto na saúde. Mulheres negras nas Américas enfrentam taxas de mortalidade materna cinco vezes

maiores que as de mulheres brancas, uma realidade que reflete desigualdades estruturais. Soma-se a isso a falta de dados que considerem recortes por raça. No campo da pesquisa científica para a saúde, a situação não é diferente: a participação feminina em ensaios clínicos é limitada, e mulheres de alguns grupos são ainda menos representadas. Isso cria uma dupla exclusão, uma vez que as mulheres continuam sendo invisibilizadas tanto como pesquisadoras quanto como objetos de estudo, perpetuando-se as disparidades de gênero e étnico-raciais na saúde.

A ciência não é neutra. O conhecimento científico produzido reflete a visão de mundo de quem o constrói. Por isso, é essencial ampliar a participação das mulheres na ciência, agregando mulheres negras, indígenas e de diferentes etnias. Essas pesquisadoras enfrentam barreiras agravadas por diferentes formas de preconceito, que limitam seu acesso a oportunidades. Reduzir essas desigualdades exige mudanças nas instituições e criação de políticas públicas que promovam uma ciência mais inclusiva e diversa. Isso inclui valorizar saberes tradicionais e combater práticas que reforçam desigualdades históricas.

Avançar rumo à equidade depende de iniciativas concretas. Por meio da adoção de práticas e ações voltadas para a promoção da equidade de gênero, as instituições têm o potencial de influenciar políticas públicas mais amplas e impulsionar mudanças sociais. Isso pode ser alcançado com a implementação de iniciativas que fortaleçam a participação das mulheres em posições de liderança e ampliem a sua inclusão na produção do conhecimento. Esse esforço é essencial para ampliar a diversidade na forma de se produzir ciência e enfrentar desigualdades históricas que limitam a presença de mulheres em espaços de liderança, inclusive, na ciência e na saúde.